

# ALBUQUERQUE

o combate do futuro

## O CASO DELGADO

### DESMISTIFICA O PODER ACTUAL

Não seremos nós, com certeza, quem abonará Henrique Cerqueira. Nem sequer o conhecemos — e o que dele sabemos leva-nos a duvidar muitíssimo da sua pessoa...

Sabemos, no entanto, que, logo a seguir ao 25 de Abril (ainda Mário Soares não era Primeiro-Ministro, portanto), a sua voz se ergueu para acusar o Secretário-Geral do Partido Socialista — e que, logo ali, toda a força do poder situacionista pesou para o calar.

Sabemos também que, quando o advogado dr. Joaquim Pires de Lima tentou, por essa mesma altura, reavivar o caso Delgado, Mário Soares afirmou não ser "oportuno" reavivá-lo...

Sabemos, ainda, que, apesar de todas as promessas, o famoso julgamento todos os dias é adiado...

A Direita desde sempre tem exigido o esclarecimento da questão. A nós não acusarão de tentarmos silenciar ninguém... O livro de Henrique Cerqueira, envolvendo algumas das mais importantes personalidades políticas agora no galarim, ressuscita incomodamente o "general sem medo" em termos altamente acusatórios.

Quem mandou matar Delgado? Quem o atraiu à armadilha que o liquidou? A quem convinha o crime?

Vivo (em 1965), Humberto Delgado era profundamente incómodo para todos os adversários do dr. Salazar. Ao governo de então a sua existência era útil, enquanto servia para dividir os inimigos do regime deposto e os desprestigiava internacionalmente.

Parece indubitável, todavia, que Delgado foi morto por uma brigada da PIDE e que Salazar, segundo os melhores testemunhos, só tarde soube da sua morte. Como é que tal foi possível? Como foi possível chegar-se à situação de matar quem, vivo, era politicamente muito útil?

Cerqueira levanta a ponta de um véu? As suas acusações só são concludentes num ponto: entre os oposicionistas ao governo de Salazar grassavam as maiores divergências; Delgado, com seu feito ditatorial, era o pomo de discórdia — morto podia ser útil; vivo era um constante impecilho...

Quem o fez morrer? Além dos autores do facto, haverá autores morais?

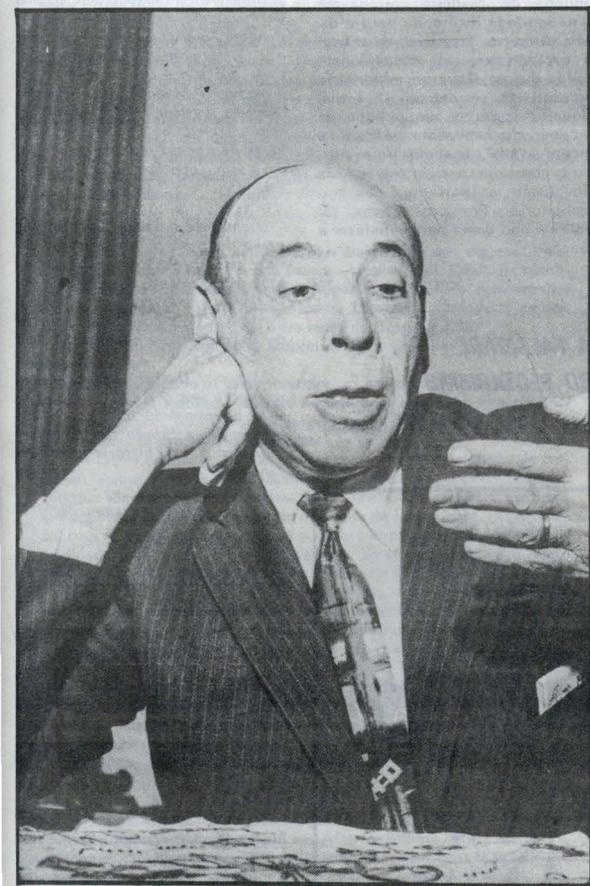
Com as maiores reservas, mas evidentemente com autêntica satisfação (mentiríamos se o não afirmássemos...), publicamos alguns passos do livro "Acuso", de Henrique Cerqueira. Haveremos de o comentar, mais de espaço. Competia agora às autoridades policiais averiguar minuciosamente onde está a verdade — e onde está a mentira. Já não nos bastam desmentidos platónicos, apreensões arbitrarias, e processos nos tribunais. Queremos a verdade toda. A verdade líquida sobre a morte de Humberto Delgado, sobre o 11 de Março, sobre o 25 de Novembro, sobre o caso das sevícias na PM, sobre os milhões de contos desviados a crédito da Reforma Agrária... Queremos a verdade toda sobre a desgraça vergonhosa que se abateu sobre Portugal.

#### neste número:

pág. 3 ● ESTRATÉGIAS PARA A SOBREVIVÊNCIA

pág. 4 ● UM ACORDO SECRETO ENTRE O GOVERNO E O PC?

pág. 11 ● O INFERNO DE MOÇAMBIQUE  
DESCRITO POR UM REFUGIADO



Quem mandou matar Delgado?  
Quem o denunciou à PIDE?  
A quem convinha a sua morte?



zangam-se as comadres

DELGADO FOI ATRAÍDO A LA ARMADILHA MONTADA POR COMUNISTAS E SOCIALISTAS? EM "ACUSO", HENRIQUE CERQUEIRA PÔE EM CAIRO SOARES E ÁLVARO CUNHAL

O caso Delgado é, fundamentalmente, um caso triste. O sr. Henrique Cerqueira, que — segundo diz — andou muito próximo do "general sem medo", publicou agora um livro — Acuso! Soares, Cunhal, Emídio Guerreiro e Lopes Cardoso na morte de Humberto Delgado — que, mais e mais, vem entristecer o triste caso, dando-nos a imagem trágico-cômica do que foi a vida de exilados dos actuais tenentes do poder político em Portugal.

Por vezes, ao longo das maciças páginas de documentos que atulham o volume, as gargalhadas saltam espontâneas aos lábios do leitor. Saber-se que Mário Soares era o Rosinha na clandestinidade; que Lopes Cardoso era conhecido pelo Minhocas é, realmente, risível. Saber-se, no entanto, que são o Rosinha e o Minhocas quem nos governa — dá vontade de chorar.

E, todavia, muito importante para o esclarecimento da opinião pública — e para bem se medir a qualidade moral e intelectual dos nossos "governantes" e de alguns dos seus acólitos, dar a maior publicidade a este documento —, embora, evidentemente, se tenham de lhe apor as maiores reservas. Há muita coisa que Henrique Cerqueira diz ou insinua que pode ser factualmente desmentido só pelo nosso conhecimento desses casos. Há muito mais coisas, porém, que são indesmentíveis — e Cerqueira comprova-as.

A tese que Henrique Cerqueira defende em "Acuso" é, mais ou menos, a seguinte:

Um grupo de exilados políticos fixados em Argel (e chamado Frente Patriótica de Libertação Nacional) resolveu "sacrificar" Humberto Delgado, seguindo uma teoria do Mário Soares. "Inventam" uma revolução em Portugal que seria comandada pelo "general sem medo". Este, para comandar a inexistente revolução, entra clandestinamente em Portugal. Por diversos canais que Cerqueira não identifica, a PIDE é avisada — e Delgado é morto, não se sabe se em Portugal, se em Espanha, se pela PIDE, se por qualquer outra gente.

Fernando Piteira Santos, Lopes Cardoso, Manuel Alegre, Álvaro Cunhal e Mário Soares estão — segundo Cerqueira — envolvidos directa ou indirectamente na morte do General. Alguns documentos publicados comprovam, ao menos, que profundas divisões antagonizavam os vários exilados que, do exterior, tentavam derrubar o governo de Salazar. A lentidão que domina o julgamento do controverso caso parece dar razão a Cerqueira, que — ainda por cima — dá a entender terem sido assassinados, por causa do que sabiam sobre o caso, Fernando Oneto, Mariano Robles, um tal Amadeu Cabral e Prof. Ernesto Bisogno, médico que Delgado consultou em Itália após ter sido maltratado em Praga. O ataque de coração de Pinheiro de Azevedo também não seria estranho ao caso. Conclui-se, portanto, que saber algo sobre a morte de Delgado faz pessimamente à saúde.

No nosso parecer há muito de especulativo nas afirmações de Henrique Cerqueira. Há, todavia, como dissemos, muito que é irrevocavelmente autêntico. As divisões entre exilados políticos são uma das características fundamentais da atmosfera que se respirava entre eles. Até que ponto tais divisões são responsáveis pela morte do General Delgado?

Com a autorização do editor publicam-se a seguir alguns documentos que Henrique Cerqueira utiliza no seu livro. Pareceram-nos ser os mais significativos. Publicamos-os a título meramente informativo: é absolutamente necessário deslindar este tenebroso caso. Sobre o governo minoritário recaem, neste momento, as acusações mais graves. Pode-se continuar a suportá-lo sem que tais acusações sejam cabalmente desmentidas?

QUANDO AS OPOSIÇÕES SERVEM O GOVERNO SALAZARISTA

Em 23 de Fevereiro de 1965 Henrique Cerqueira torna público o desaparecimento de Humberto Delgado, dando-o como tendo sido preso em Espanha próximo da fronteira portuguesa. As autoridades luso-espanhola desmentem a informação; os movimentos oposicionistas exilados acompanham tal desmentido.

DOCUMENTO N.º 23

LE MONDE, de 27 de Março de 1965

CERTOS DIRIGENTES DA OPOSIÇÃO PORTUGUESA CRÊEM QUE O DESAPARECIMENTO DO GENERAL DELGADO NÃO PASSA DE UMA OPERAÇÃO PUBLICITÁRIA.

1) Artigo forjado do Veiga Pereira Lisboa, 26 de Março — Alguns dirigentes da Oposição pensam que o desaparecimento do General Humberto Delgado não seja senão um golpe publicitário.

Os partidários de Delgado, que anunciaram a sua prisão a 16 de Fevereiro em Badajoz, perto da fronteira hispano-portuguesa, afirmaram mais tarde que o General fora assassinado pela polícia política portuguesa. A notícia da prisão do General Delgado em Badajoz onde ele se havia deslocado com um passaporte falso para um encontro com oficiais do Exército, foi anunciada pelo Senhor Henrique

Cerqueira em Casablanca, em 22 de Fevereiro. O Senhor Cerqueira afirmava ter recebido um bilhete postal do General, com o carimbo de Badajoz de 14 de Fevereiro, antes da sua prisão. O General devia regressar de Espanha, em 21 de Fevereiro, o mais tardar.

A origem da informação é, acima de tudo, razão de perplexidade. O Sr. Cerqueira está em Marrocos, desde o Outono de 1964: à sua chegada declarou representar uma organização revolucionária de Portugal e dispor de um milhão e meio de francos novos para a compra de um barco destinado ao transporte de armas para Portugal. Rapidamente os exilados portugueses em Marrocos descobriram que as suas declarações eram falsas e acabaram por o pôr de lado.

Em Novembro último, o Sr. Cerqueira tornou-se o representante pessoal do General Delgado em Marrocos, sucedendo ao antigo delegado que tomou o partido da Frente Patriótica de Libertação Nacional. Na segunda conferência da Frente, em fins de Dezembro de 1963, foi eleito o General Delgado para Presidente da Junta Revolucionária Portuguesa: em Junho, o General instalava-se em Argel, sede da Frente. As relações entre ele e os seus camaradas da Junta depressa se deterioravam, em virtude de ele recusar toda a direcção colectiva: em Outubro último, a terceira conferência da Frente elegia uma nova Junta Revolucionária da qual Delgado fora excluído. Ele ripostou com a criação da Frente Portuguesa de Libertação Nacional (F.P.L.N.) e tem, continuamente, induzido em erro os comen-

tadores. Delgado afirmava que esta "Frente Portuguesa" tinha nascido numa conferência feita na fronteira portuguesa: esta conferência nunca teve lugar. Não tendo mais o apoio de nenhuma organização política, o General tenta chamar a atenção sobre ele, por meio de operações publicitárias, como a sua viagem à Inglaterra.

De acordo com as primeiras interpretações dos seus partidários, a polícia espanhola tê-lo-ia preso e entregue à polícia portuguesa, ou ainda, tê-lo-ia preso, ou mesmo teria sido assassinado, em Espanha, pela polícia de Salazar. Enquanto que o governo português declarava que "nunca as autoridades espanholas autorizariam a polícia portuguesa a agir em Espanha". Mas é no entanto verdade que um dos participantes da revolta falhada de Beja, em 1962, Germano Pedro, fora preso em Algeiras pela PIDE (polícia política portuguesa) com a colaboração da polícia espanhola. Por outro lado, a PIDE é responsável pela morte de vários dirigentes da Oposição Portuguesa, como por exemplo, o arquitecto Dias Coelho.

No que respeita ao General Delgado não há, todavia, nenhuma prova da sua morte. Os seus partidários pretendem agora que ele tenha sido sequestrado em Espanha, mas que o governo franquista se recusara a entregá-lo ao presidente Salazar. A recente visita a Lisboa do vice-presidente do Governo espanhol terminou de uma forma violenta: o General Muñoz Grande teria recusado a extradição: isto parece improvável. Seja o que for, os partidários de Delgado afirmam agora que ele estava ainda com vida em 16 de Março.

A Frente Patriótica de Libertação Nacional pensa que o desaparecimento do General é uma manobra publicitária. "Voz da Liberdade", Rádio da Frente Patriótica de Libertação Nacional, difundiu, a 16 de Março, a notícia da prisão em Espanha, fazendo sérias reservas. Por outro lado, os três movimentos que compõem a Frente mantêm as mesmas reservas (Movimento de Acção Revolucionária, Movimento de Acção Republicana e Socialista e o Partido Comunista Português). Um outro movimento da Oposição que não faz parte da Frente Patriótica, o Movimento de Acção Democrática Social, dirigido pelo actual presidente do Conselho, Cunha Leal, também decidiu esperar. O governo argelino, mantendo-se na expectativa, fez fechar os locais que o General ocupava na Argélia.

O General Delgado não teve mais o apoio de nenhuma força representativa da Oposição Portuguesa, mas ele continua, todavia, aos olhos de muitos, a personificar essa Oposição. Parece que o seu desaparecimento não é senão uma operação publicitária contra o regime de Salazar, mas o que é certo é que este assunto pode sobretudo prejudicar a Oposição Portuguesa.

ATE ONDE O DIVISIONISMO ENTRE OS COMUNAS SERVIA (VOLUNTÁRIA OU INVOLUNTARIAMENTE) A PIDE

Pelos escritos de Humberto Delgado pode verificar-se facilmente que a comparticipação do Dr. Rodrigo de Abreu, quer na campanha eleitoral, quer na actividade que se lhe seguiu até ao momento em que o General o identificou como colaborador da PIDE, foi bem mais relevante do que a de Mário Soares, que, nessa época, não ouvia mais que concelheira era como oposicionista do que ele. Acresce que, se contra o primeiro não havia animo

qualquer motivo de suspeita, contra o segundo existiam já fortes razões para descrever a sua colaboração com a PIDE ou com as autoridades fascistas. Não será difícil prová-lo. Recorramos por exemplo e para melhor garantia da validade — ao que nos relata o próprio Soares no seu Portugal Amor-oso (págs. 177, 178, 179 e 185):

"Afastei-me, pois, em 'bicos de pés'... sem qualquer barulho ou discussão. Mas tarde, certa imprensa clandestina apresentaria o caso a luz diferente: eu teria sido 'expulso' do M.U.D. Juvenil, em virtude das minhas 'concepções ideológicas'..."

"Começaram então as minhas grandes divergências com o Partido Comunista. Como sempre sucede — por que, como se diz, 'está na lógica das coisas' — eu que até ali era 'uma esperança', um dos dirigentes políticos do pós-guerra em quem mais se apostaria e com uma mais espectacular 'promoção', passei, rapidamente, à categoria de 'oportunistas', cheio de defeitos pessoais intoleráveis e, depois, de 'renegado'. (...) Muitos dos meus companheiros do M.U.D. Juvenil, alguns deles amigos pessoais desse o Liceu, ou os quais tinha feito um já longo caminho em comum, deixaram, subitamente, de me procurar, muitas vezes mesmo de me falar, pura e simplesmente. Sem ex-

pressões, como advogado de família do General, nos processos de inquérito à sua morte, que ocorreram em Espanha, Itália e Portugal — hipótese perfeitamente aceitável como se vê —, os resultados, a especulação e o aproveitamento teriam sido idênticos aos obtidos por Mário Soares e talvez tivéssemos o agente da PIDE como secretário do Partido Socialista e como Presidente do Conselho.

Mas há mais. Repare-se que Soares refere também uma prova irrefutável da existência da perniciosa acção da "Paliçada do Fascismo", esta imputável ao 'Avante' de Álvaro Cunhal, ao dizer, a propósito da acusação que reproduzimos na nossa última transcrição:

"Para além de tudo mais, o artigo constituía uma denúncia formal, numa época em que a PIDE fazia pagar caros os 'pescados do esquerdismo' (Págs. 185-186).

Apreciemos agora a eficácia da "paliçada" num outro caso, de resto do domínio público e que o mesmo público pretende ignorar.

No decurso do ano de 1963, as divergências quanto à linha antitudo P.C. acentuaram-se no seio do Comité Central.

Francisco Martins Rodrigues, o "Camarada Campos", que advogava a opção pela luta armada, depois de propor, sem resultado, a discussão da linha adoptada, ter-se-ia visto forçado a abandonar a residência clandestina onde vivia.

Tanto bastou para que Álvaro Cunhal, o secretário onipotente e ao que parece vitalício do P.C.P., crescesse a sua expulsão e o classificasse como ladrão. Martins Rodrigues reage e justifica o seu comportamento com a sua carta de 10 de Março de 1964 e abandona o Comité Central e o P.C.P., decidindo a formar uma nova organização marxista-leninista, que viria a chamar-se Comité Marxista-Leninista Português; Maria depois lugar à Frente de Acção Popular (F.A.P.) e, após o "25 de Abril", à U.D.P.

Remonta dessa época o meu conhecimento pessoal com Pulido Valente, que aderira à posição tomada por Francisco Rodrigues e se instalara em Argel, onde, como vimos, imperava o P.C.P., sob a fachada da Frente Patriótica de Libertação Nacional. Vítimas da perseguição do Partido, que queria fazê-los expulsar da Argélia, e os dirigentes da Frente seus mandatários, os elementos da F.A.P. ou Comité

de Costa."

Parece-me que se não pode desejar mais, como prova de que Soares, já então (1949), era considerado, pelas forças e sectores em cujo seio actuava, um elemento pelo menos suspeito. E isto admitindo a sua tese de que as acusações produzidas contra si pelo 'Avante', órgão do Partido Comunista Português, obedeciam à intolerância da linha estalinista do Partido.

Se assim não for, temos de concluir que as acusações são absolutamente fundamentadas.

Além disso, consideremos estarem ainda por apurar as suas responsabilidades na prisão dos elementos do M.U.D. Juvenil, em Abril de 1974, e no caso da entrega das listas dos aderentes ao próprio M.U.D., de tão nefastas consequências e em que estiveram implicados o Dr. Mário de Castro e os elementos da Comissão de Lisboa, entre os quais figurariam Lima Alves e Abranches Ferrão.

A ligeireza com que Soares pretende justificar este acto de autêntica traição é sintomática.

Se Rodrigo de Abreu tivesse podido intervir, como advogado de família do General, nos processos de inquérito à sua morte, que ocorreram em Espanha, Itália e Portugal — hipótese perfeitamente aceitável como se vê —, os resultados, a especulação e o aproveitamento teriam sido idênticos aos obtidos por Mário Soares e talvez tivéssemos o agente da PIDE como secretário do Partido Socialista e como Presidente do Conselho.

Mas há mais. Repare-se que Soares refere também uma prova irrefutável da existência da perniciosa acção da "Paliçada do Fascismo", esta imputável ao 'Avante' de Álvaro Cunhal, ao dizer, a propósito da acusação que reproduzimos na nossa última transcrição:

"Para além de tudo mais, o artigo constituía uma denúncia formal, numa época em que a PIDE fazia pagar caros os 'pescados do esquerdismo' (Págs. 185-186).

Apreciemos agora a eficácia da "paliçada" num outro caso, de resto do domínio público e que o mesmo público pretende ignorar.

No decurso do ano de 1963, as divergências quanto à linha antitudo P.C. acentuaram-se no seio do Comité Central.

Francisco Martins Rodrigues, o "Camarada Campos", que advogava a opção pela luta armada, depois de propor, sem resultado, a discussão da linha adoptada, ter-se-ia visto forçado a abandonar a residência clandestina onde vivia.

Tanto bastou para que Álvaro Cunhal, o secretário onipotente e ao que parece vitalício do P.C.P., crescesse a sua expulsão e o classificasse como ladrão. Martins Rodrigues reage e justifica o seu comportamento com a sua carta de 10 de Março de 1964 e abandona o Comité Central e o P.C.P., decidindo a formar uma nova organização marxista-leninista, que viria a chamar-se Comité Marxista-Leninista Português; Maria depois lugar à Frente de Acção Popular (F.A.P.) e, após o "25 de Abril", à U.D.P.

Remonta dessa época o meu conhecimento pessoal com Pulido Valente, que aderira à posição tomada por Francisco Rodrigues e se instalara em Argel, onde, como vimos, imperava o P.C.P., sob a fachada da Frente Patriótica de Libertação Nacional. Vítimas da perseguição do Partido, que queria fazê-los expulsar da Argélia, e os dirigentes da Frente seus mandatários, os elementos da F.A.P. ou Comité



SOARES: EXPULSO...

Marxista-Leninista Português), se preferirem, viram-se obrigados a recorrer à protecção do General Humberto Delgado, que lhe concedeu. Assim protegidos, prosseguiram a sua actividade até a começar a verificar-se o isolamento do General naquela praça-forte do Sr. Cunhal, tendo, então, partido clandestinamente para o interior de Portugal o Dr. Pulido Valente.

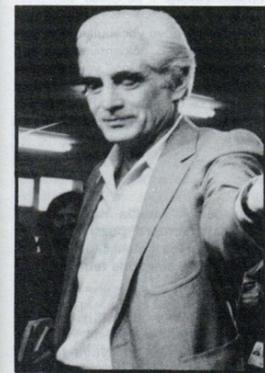
Em meados de Janeiro de 1965, corre em Argel o escândalo de que o AVANTE, órgão clandestino do Partido Comunista Português, denunciara a presença em Portugal de Pulido Valente. Interessado, o General protestou, sem sequer pensar que, menos de 15 dias depois, seria traído por forma idêntica.

É curioso notar que o AVANTE, nesta denúncia cobarde e infame, apela para os militantes do Partido, para os democratas e, cinicamente, para todas as pessoas "honradas", quando realmente dirige o seu apelo à PIDE, a autêntica estenográfica do aviso; a não ser que apenas instigasse os seus militantes a proceder a essa denúncia.

O aviso resultou e Pulido Valente foi preso pouco depois, como se verifica no documento n.º 57: nota oficiosa da PIDE, publicada nos jornais portugueses de 24/2/66. Do seu texto apreende-se que Mário da Silva Mateus, elemento do P.C.P. infiltrado na F.A.P., denunciou Pulido Valente, que foi capturado. Segundo a nota, Francisco Martins Rodrigues e Ruy D'Espiney, sabedores da traição e da identidade do traidor, abateram-no, pelo que viriam a ser, por sua vez, presos, talvez em consequência de novas denúncias. Repare-se na forma subtil com a PIDE se atribui os méritos do roubo, a 118 e 52 de "Portugal Amor-oso". Portanto que se avenhem. Estou convencido de que a denúncia para a falta de honestidade política, as aberrações e as deformações mentais de que são vítimas, lhes vêm do leite materno.

Os fins justificam os meios — proclamam; e vá de traír! De traíção em traíção, de abjeção em abjeção, lá vão fazendo o seu "currículum", até se guindarem aos mais altos cumes da soberania partidária. E seja qual for a interpretação marxista-leninista que perfilhem, os diferentes elementos saldos do Comité Central cunhalista apresentam sempre as mesmas deformações consequentes da teta que sugaram na infância política.

O Eng.º António Brotas conhecia bem o actual Ministro da Agricultura e Pescas. É muito característica (e muito pitoresca) a carta que lhe escreveu em 1965.



CUNHAL: A TRANQUILIDADE DO PASSADO APAGADO

comunicado da UDP publicado em 7 de Abril de 1976 nos jornais da capital: ESTÁ A SER ORGANIZADA PELO P.C.P. POR UMA POLÍCIA SECRETA CONTRA-REVOLUCIONÁRIA — ACUSA A UDP NUM COMUNICADO DE RESPOSTA AS ACUSAÇÕES FEITAS NO "AVANTE" CONTRA PULIDO VALENTE. — "O Partido do ministro Cunhal apoderou-se dos ficheiros da PIDE", acusa a UDP num texto hoje distribuído à imprensa "ao mesmo tempo que faz desaparecer os comprometeiros, roubou as fichas relativas a todos os militantes

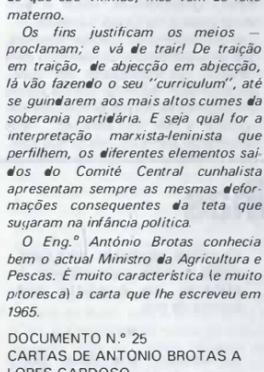
revolucionários. E com estas fichas na mão que organiza uma polícia secreta contra-revolucionária e se prepara para forjar toda a espécie de acusações aos revolucionários que se tornem queridos da classe operária".

No mesmo comunicado acusa-se o AVANTE, consequentemente, a direcção do P.C.P. — como responsáveis pela captura, em 1965, de Pulido Valente, que só viria a ser libertado após o "25 de Abril": sofreu, portanto 9 anos de cadeia, pela atenção dos seus ilustres camaradas, a que chama revisionistas; e partindo do princípio (que é o do Senhor Pulido Valente) de que a linha dos dissidentes do P.C.P. é a que está certa, e da presunção — que também deve ser sua — de que ele, seu dirigente, é um dos mais preclaros orientadores, temos de concluir que a luta de libertação do Povo Português foi gravemente prejudicada pela colaboração dos dirigentes do P.C.P. com a PIDE, o que é bem mais grave que os nove anos de prisão e de torturas suportadas. Do comunicado conclui-se também que o P.C.P. roubou os documentos da PIDE "faz desaparecer os comprometeiros", isto é: provas da sua longa e repetida colaboração com aquela organização policial fascista, em detrimento de outros comunistas e oposicionistas portugueses (entre os quais se inclui o General Humberto Delgado).

Todas estas recíprocas acusações, que abrangem um leque que vai desde o roubo, à denúncia e à colaboração com a PIDE, parecerão de menor importância, já que são feitas entre membros da mesma família e criação, exacto como é que o próprio Mário Soares nasceu politicamente na alcova cunhalista, do parto, quicô difícil, do Octávio Pato e do Piteira Santos (ver págs. 118 e 52 de "Portugal Amor-oso"). Portanto que se avenhem. Estou convencido de que a denúncia para a falta de honestidade política, as aberrações e as deformações mentais de que são vítimas, lhes vêm do leite materno.

Os fins justificam os meios — proclamam; e vá de traír! De traíção em traíção, de abjeção em abjeção, lá vão fazendo o seu "currículum", até se guindarem aos mais altos cumes da soberania partidária. E seja qual for a interpretação marxista-leninista que perfilhem, os diferentes elementos saldos do Comité Central cunhalista apresentam sempre as mesmas deformações consequentes da teta que sugaram na infância política.

O Eng.º António Brotas conhecia bem o actual Ministro da Agricultura e Pescas. É muito característica (e muito pitoresca) a carta que lhe escreveu em 1965.



LOPES CARDOSO

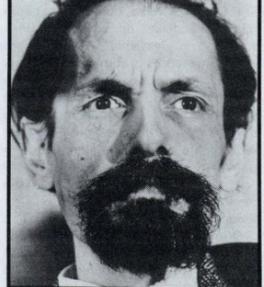
Lopes Cardoso: Soubes que você, o sr. Veiga Pereira e outro senhor cujo nome não cito e que para o caso agora tem menos importância, porque, embora já crescido, é de facto um menino, exibem em Paris uma carta do Major Ervedosa desmentindo afirmações por mim feitas numa carta que enviei ao jornal "Semana Portuguesa" do Brasil, datada de 24 de Agosto, a rectificar declarações do eng. Tito de Morais no mesmo jornal a propósito da prisão de portugueses em Argel no mês de Maio.

você sabe quais são, plural porque são vários, ou neste assunto, singular porque é um só, são tudo coisas ligadas, o mínimo que se pode dizer de si é que você é um encobridor.

E diga-se, tem você mostrado para esse papel feição de alma notável e nele se tem empenhado com aplicação. Mas a tarefa é difícil, é mesmo impossível, Lopes Cardoso. A verdade vai vir ao de cima, aos poucos, mas aos poucos vai tomando corpo e há-de, tenho a certeza, tomar corpo suficiente para ser compreendido.

E você mesmo Lopes Cardoso vai contribuir para isso. Quer ver? Essa carta que você tem no bolso vai servir para se saber quem é o Major Ervedosa.

O Major Ervedosa, homem político, responsável do departamento militar da F.P.L.N. — milhares de portu-



LOPES CARDOSO: "ALMA NO-TAVEL"

gueses viram na luta da F.P.L.N. a esperança da libertação — F.P.L.N., que anuncia hoje em mensagem de solidariedade aos representantes dos povos das colónias a preparação da luta com armas na mão contra o salazarismo e a tomada de um longo fôlego revolucionário para isso — F.P.L.N., que sacrificou o General Delgado, e aqui a palavra sacrifício tem inteiro significado — o major Ervedosa portanto homem responsável, responsável perante o povo português, vai sair da conversa ao nível de tertúlia perante o povo português, vai sair da conversa ao nível de tertúlia amical de café de Argel, ou de reunião secreta da Junta, menos amigal segundo o que se vem depois dizer para o café, para vir falar a público.

O Povo Português, quicô neste assunto, vai portanto ouvi-lo.

O processo vai ser longo, mesmo talvez muito longo, com muitos detalhes, mas não creia que se vai confundir com processo de tribunal de pequenos delitos. A inteligência do juiz não o vai consentir — sabe você Lopes Cardoso que as manifestações populares em torno do General Delgado em 1968 foram um acto de inteligência — o processo vai ser um só: Porque é que a Oposição Portuguesa do exterior está parada, porque é que o General Delgado foi sacrificado?

E à barra deste processo que o Major Ervedosa é chamado e tudo quanto ele vier dizer ou não dizer vai ser útil.

Não virá só ele. Outras pessoas virão; eu, você, o sr. Pereira, outros e, com certeza, destacados e individualmente e não por pessoas interpostas, todos os dirigentes da Junta da F.P.L.N. Até hoje todos estiveram calados com uma só excepção, a do eng. Tito de Morais e este só para falar de um assunto sem dúvida gravíssimo, mas secundário, o da prisão dos portugueses em Argel. E logo se viu a vantagem de ele ter escrito uma carta que é um documento importante.

Hoje em silêncio começa a ser depoimento, mas sempre é preferível que as pessoas venham falar.

Limitemos por hoje os assuntos. Aqui o intimo, Lopes Cardoso, a ir entregar fotocópia da carta do Major Ervedosa ao Dr. Guerreiro e a divulgar em Paris número conveniente de cópias dela.

Enquanto esperamos essa carta e suas seqüências tratemos de questões mais directamente ligadas a si e ao sr. Veiga Pereira.

O sr. Veiga Pereira foi o jornalista desonesto e infame que forjou o artigo publicado no jornal "Le Monde" do dia 27 de Março, apresentado como vindo

de Lisboa, todo construído para fazer crer que o General Delgado estava numa operação de propaganda. (Esta carta vai ser divulgada com cópia deste artigo.)

Você, Lopes Cardoso, apresentou-se em Argel dizendo querer-se esclarecer sobre quais as responsabilidades da Junta no caso das prisões. Era legítimo. Eu e o Echevarria procuramos fornecer-lhe elementos para julgar. No decorrer da conversa começou-me a parecer que a sua preocupação era encobrir as responsabilidades da Junta e não condená-la caso fosse culpada. Perguntei-lhe então se sabia quem tinha publicado o artigo do "Le Monde" do dia 27. Eu, em Argel, sabia. Você, que convive intimamente com o Veiga Pereira em Paris, agindo constantemente de concerto com ele, respondeu que não sabia. Bem entendido, Lopes Cardoso, ou não lhe disse nada, mas o papelzinho que você pretendia andar a desempenhar de pessoa que anda a querer esclarecer a verdade, aí acabou.

Perguntei a sua opinião sobre o documento de 20 de Março que 8 pessoas assinaram em Argel afirmando a sua preocupação sobre a sorte do General Delgado.

Você respondeu: "É lamentável". Você nem tem sensibilidade. Que se tivesse cometido uma infâmia que podia ter facilitado um crime se não estivesse já cometido, para si não é lamentável. Que 8 pessoas tenham assinado um texto pedindo solidariedade para o General Delgado e censurado a actuação da Junta, para si é lamentável para si, é o que abala certas estruturaszinhas.

Mas, enfim, você saiu de casa do Echevarria com algumas perguntas concretas que se comprometeu a levar à Junta e a trazer resposta. Você preferiu não tornar e trazer directamente para Paris versão que nem sequer correu em Argel. Assim, eu vim a saber em Paris, em Setembro, que o bureau do General tinha duas portas. Mas os documentos não saíram pela segunda porta como você andou a fazer correr em Paris. Sairam pela primeira antes do bureau ser encerrado como tenho quase e certeza de lhe ter dito em Argel. Pelo menos lhe indiquei a possibilidade de assim ter sido.

Mas que o seu testemunho seja usado. Aqui o convidado Lopes Cardoso a desmentir as afirmações falsas do eng. Tito de Morais na carta publicada na "Semana Portuguesa" na parte que se refere à vinda a Argel do Dr. Guerreiro para libertar os portugueses. Se você não fizer eu faço um dia. Você sabe, aquela despedida do Dr. Guerreiro no aeroporto não é coisa para esquecer. Aquela ramo de flores vermelhas levantado ao alto é das coisas bonitas que eu vi na Oposição

de Lisboa, todo construído para fazer crer que o General Delgado estava numa operação de propaganda. (Esta carta vai ser divulgada com cópia deste artigo.)

Você, Lopes Cardoso, apresentou-se em Argel dizendo querer-se esclarecer sobre quais as responsabilidades da Junta no caso das prisões. Era legítimo. Eu e o Echevarria procuramos fornecer-lhe elementos para julgar. No decorrer da conversa começou-me a parecer que a sua preocupação era encobrir as responsabilidades da Junta e não condená-la caso fosse culpada. Perguntei-lhe então se sabia quem tinha publicado o artigo do "Le Monde" do dia 27. Eu, em Argel, sabia. Você, que convive intimamente com o Veiga Pereira em Paris, agindo constantemente de concerto com ele, respondeu que não sabia. Bem entendido, Lopes Cardoso, ou não lhe disse nada, mas o papelzinho que você pretendia andar a desempenhar de pessoa que anda a querer esclarecer a verdade, aí acabou.

Perguntei a sua opinião sobre o documento de 20 de Março que 8 pessoas assinaram em Argel afirmando a sua preocupação sobre a sorte do General Delgado.

Você respondeu: "É lamentável". Você nem tem sensibilidade. Que se tivesse cometido uma infâmia que podia ter facilitado um crime se não estivesse já cometido, para si não é lamentável. Que 8 pessoas tenham assinado um texto pedindo solidariedade para o General Delgado e censurado a actuação da Junta, para si é lamentável para si, é o que abala certas estruturaszinhas.

Mas, enfim, você saiu de casa do Echevarria com algumas perguntas concretas que se comprometeu a levar à Junta e a trazer resposta. Você preferiu não tornar e trazer directamente para Paris versão que nem sequer correu em Argel. Assim, eu vim a saber em Paris, em Setembro, que o bureau do General tinha duas portas. Mas os documentos não saíram pela segunda porta como você andou a fazer correr em Paris. Sairam pela primeira antes do bureau ser encerrado como tenho quase e certeza de lhe ter dito em Argel. Pelo menos lhe indiquei a possibilidade de assim ter sido.

Mas que o seu testemunho seja usado. Aqui o convidado Lopes Cardoso a desmentir as afirmações falsas do eng. Tito de Morais na carta publicada na "Semana Portuguesa" na parte que se refere à vinda a Argel do Dr. Guerreiro para libertar os portugueses. Se você não fizer eu faço um dia. Você sabe, aquela despedida do Dr. Guerreiro no aeroporto não é coisa para esquecer. Aquela ramo de flores vermelhas levantado ao alto é das coisas bonitas que eu vi na Oposição

de Lisboa, todo construído para fazer crer que o General Delgado estava numa operação de propaganda. (Esta carta vai ser divulgada com cópia deste artigo.)

Você, Lopes Cardoso, apresentou-se em Argel dizendo querer-se esclarecer sobre quais as responsabilidades da Junta no caso das prisões. Era legítimo. Eu e o Echevarria procuramos fornecer-lhe elementos para julgar. No decorrer da conversa começou-me a parecer que a sua preocupação era encobrir as responsabilidades da Junta e não condená-la caso fosse culpada. Perguntei-lhe então se sabia quem tinha publicado o artigo do "Le Monde" do dia 27. Eu, em Argel, sabia. Você, que convive intimamente com o Veiga Pereira em Paris, agindo constantemente de concerto com ele, respondeu que não sabia. Bem entendido, Lopes Cardoso, ou não lhe disse nada, mas o papelzinho que você pretendia andar a desempenhar de pessoa que anda a querer esclarecer a verdade, aí acabou.

Perguntei a sua opinião sobre o documento de 20 de Março que 8 pessoas assinaram em Argel afirmando a sua preocupação sobre a sorte do General Delgado.

Você respondeu: "É lamentável". Você nem tem sensibilidade. Que se tivesse cometido uma infâmia que podia ter facilitado um crime se não estivesse já cometido, para si não é lamentável. Que 8 pessoas tenham assinado um texto pedindo solidariedade para o General Delgado e censurado a actuação da Junta, para si é lamentável para si, é o que abala certas estruturaszinhas.

operação de propaganda. Porquê tanto empenho nessa tarefa? Que interesse tinha você nisso? Explique-se Lopes Cardoso.

Dois meses depois, quando apareceu o cadáver do General, você e outros, Veiga Pereira naturalmente, pretenderam formar uma comissão de solidariedade ao General Delgado. Sejamos claros, morto, o General Delgado podia voltar a ser o Presidente do Povo. Havendo acordo, isto é, passada a esponja da unidade sobre as actuações passadas, saia mesmo meeting na Mutualité com oradores "de todas as tendências políticas" a fazer o elogio da sua figura. Era importante para o presente e para o futuro. Depois seria explicado na base e começávamos a ouvir que o General tinha prestado porquê o Partido e as forças de Unidade o tinham prestigiado — seria citado o meeting. E macabro, Lopes Cardoso, mas foi assim mesmo. A manobra ficou no embrião mas ainda saiu algo, para uso da América Latina. Queira você ler o extracto do "Portugal Democrático" de Setembro que lhe mando em apêndice. Na "ampla comissão unitária" não há uma pessoa que tenha dado solidariedade ao General durante o seu desaparecimento.

Não é só no plano moral que estas coisas vão ficar a ser apreciadas. Vão sê-lo também no plano político. A luta contra o salazarismo exige saneamento e explicação. Mas não pode ser hoje assunto para esta carta.

Vejam, agora, quem é Lopes Cardoso. Foi um dos refugiados em consequência do assalto em Beja, na noite de 31 de Dezembro de 1961. Segundo informações que nos foram facultadas, publicamente, na presença de dez testemunhas que poderemos indicar (e indicaremos, necessariamente, porque o seu depoimento será fundamental para o conhecimento de uma fase importante do caso Delgado, de 1963 a 1964), Lopes Cardoso nunca esteve em Beja, tendo-se dirigido lestandamente para a fronteira espanhola, munido do passaporte e dos necessários vistos, onde aguardou os resultados da operação de Beja, para decidir se deveria prosseguir caminho ou regressar, em glória. Tendo esta informação partido de um indivíduo sem dignidade nem escrúpulos, tem de ser considerada com a necessária reserva.

Lopes Cardoso — acerca de quem possuímos um vasto conjunto de concludentes documentos — era, em fins de 1963, secretário da Associação dos Portugueses Livres de Marrocos, representante do MAR (Movimento da Acção Revolucionária) e uma espécie de informador de Piteira Santos, através do qual se mantinha em contacto com Mário Soares, de quem era amigo. Trata-se de um indivíduo mesquinho, incrivelmente cobarde, falso e intrigante. Dirigia em Marrocos a campanha de difamação e descrédito contra o General Humberto Delgado, cuja invocação bastava para o descontrolar. Representava nesse país a Comissão Delegada, que, com a segunda conferência, viria a dar origem à Direcção da Frente Patriótica, formada pela fusão do P.C., do MAR e da Resistência Republicana e Socialista, de Soares, com o MNI, Movimento Nacional Independente, de Humberto Delgado.

Lopes Cardoso traiu o autor deste livro logo à sua chegada a Marrocos, em 6 de Novembro de 1963, encurlando-o em Gibraltar, numa tentativa para o forçar a regressar a Espanha e Portugal, em obediência a instruções de Mário Soares, que lhe foram transmitidas directamente de Paris e, de Argel, através de Piteira Santos.

Concretamente, todos os três estão na base da prisão, em Portugal e em fins de 1963, de centenas de dirigentes políticos portugueses entre eles o Dr. Luis Dias Amado, Engenheiro Francisco José Duarte do Rosário e o Capitão Carlos Vilhena. Para tanto, bastou a entrega das credenciais, de que eu fora portador para Piteira Santos e para a Comissão Delegada, feita em função das instruções recebidas.

(a) António Brotas

(b) Lopes Cardoso

(c) Veiga Pereira

(d) Echevarria